

---

# A voz das águas: memória e reparação em debate

---

## Mãe Zana

---

### 1. Introdução

O texto que segue é fruto de entrevista realizada em 13 de fevereiro de 2025, cerca de dois anos e dois meses após a destruição do Ilê Asé Odé Ibulamo, em uma ação criminosa da Prefeitura de Carapicuíba, tendo como justificativa a realização de obras do PAC.<sup>1</sup> Desde o início das ameaças de demolição, Mãe Zana de Odé, Odecidarewa, Iyalorixá do terreiro e liderança nacional dos povos de matriz africana, junto com sua comunidade e parcerias institucionais e políticas, vem realizando uma luta constante pela reparação judicial e o avanço dos debates sobre racismo e intolerância, também no âmbito das políticas urbanísticas.

Na conversa, que durou aproximadamente duas horas, Mãe Zana contou brevemente sobre a formação do terreiro, as transformações pelas quais vem passando há décadas – especialmente em decorrência de perseguições e destruições materiais – e os impactos da demolição para sua família consanguínea e a comunidade. Por fim, ela deixa uma importante reflexão sobre os sentidos e limites das políticas de reparação, ainda incipientes, tanto em função da morosidade com que são aplicadas como pela impossibilidade de recuperar parte do que é perdido nos ataques e pagamentos sofridos.

### 2. Ilê asé Odé Ibulamo: entre criações e destruições

Eu sou Odecidarewa, mais conhecida como Mãe Zana de Odé. Meu nome social é Zana Meire Oliveira de Jesus, filha de Marina Clarinda Oliveira de Jesus, Mãe Kassailê, e de Edivaldo Pinheiro de Jesus, Seu Edivaldo. Sou Iyalorixá do Ilê Asé Odé Ibulamo, unidade territorial tradicional localizada em Carapicuíba [no bairro de Vila Silviana, região sul da cidade], Zona Oeste da Grande São Paulo. A minha formação é na gestão da qualidade e tenho algumas outras formações como, por exemplo, administração de empresas. E agora, em breve, serei formada também em gestão de tecnologias de políticas públicas. Sou uma mulher negra, periférica, de quase 50 anos, mãe de três filhos: Danilo, David e Vinícius.

O Ilê Asé Odé Ibulamo é uma herança. Eu sou a sexta geração da minha família consanguínea tradicional. O Ilê foi iniciado nessa tradição com os meus tataravós, em Benin e na Nigéria. Meu avô, que é filho de africanos, chega ao Brasil, ainda no ventre de sua mãe, e são separados por consequência do processo da escravização. Depois, já quase na sua fase adulta, ele inicia o primeiro terreiro da minha família aqui no Brasil, que foi na cidade de Canavieiras [sul da Bahia], acho que na década de 1910, por aí, ou um pouco antes. E é passado para minha mãe, que veio para São Paulo. Meu avô, ainda em vida, planta o axé aqui na cidade de Carapicuíba, exatamente no lugar onde resiste até hoje. Após o falecimento da minha mãe,

---

eu sou a próxima herdeira, e já tenho também o próximo herdeiro, que é o Ofacilomy, o Bryan.

A família da minha mãe chegou na Bahia. A família do meu pai – seu pai, seu avô e seu bisavô – chegou no Cais do Valongo [porto de entrada de navios negreiros para tráfico humano, localizado na cidade do Rio de Janeiro]. Uma parte chegou em Cachoeira de São Félix, na Bahia também. Muitos morreram ali naquele rio de Cachoeira. Eu até visitei lá, um tempo atrás, com a Madrinha [Mãe Iraldes, Iyalorixá do Ilê Axé Oyá Nitá Nirê e liderança religiosa e política central da cidade de Carapicuíba]. A Ponte dos Desesperados era onde chegavam as embarcações, e os escravizados que não tinham condições mais de trabalho, eles dispensavam no rio. Provavelmente, alguns da minha família também foram para lá.

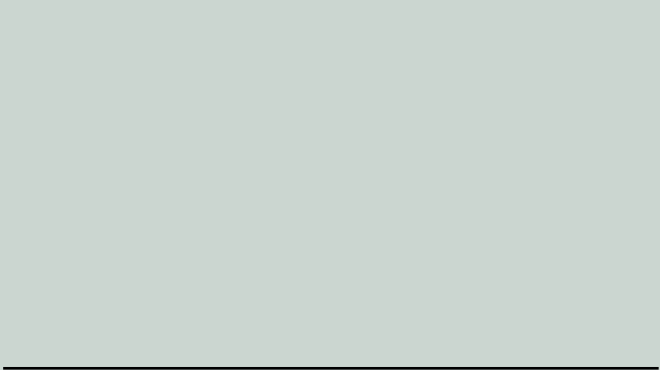
E tem duas veias: parte da família do meu avô é do povo banto e parte da família do meu pai é do povo iorubano. Então eu tenho essa mistura tradicional. As duas famílias são famílias tradicionais. A da minha mãe, uma família tradicional que tem essa veia religiosa também, que zela os orixás. E permanece até hoje comigo e com as futuras gerações, com Ofacilomy e outros que vieram. A do meu pai, alguns ainda mantiveram a religiosidade até a década de 1960 e depois não mais.

### 3. Transformações do Ilê, da Bahia a São Paulo

As transformações do Ilê são diversas, algumas positivas, mas a grande maioria muito, muito extremamente negativas. Vou falar da Bahia para cá, porque lá também houve transformações significativas. Inclusive, de alguma forma, também forçou o meu avô a se preocupar em plantar o axé aqui em São Paulo, já fugindo do processo urbanístico, do avanço urbano, que também já preocupava o meu povo lá em Canavieiras, na Bahia.

Quando o meu avô plantou o primeiro axé para o Ilê, lá em Canavieiras, era nas dependências de uma fazenda. Tinha muita árvore, muito mato, tudo o que era necessário. Ao longo dos anos, das décadas, a fazenda foi vendida e a urbanização chegou muito próxima do terreiro, ao ponto de tomar parte. Aconteceu exatamente o que aconteceu aqui: tomar parte da propriedade. As pessoas vão invadindo ali, vão comprando outros lote, vão construindo, chega a Igreja, chegam outras denominações e vertentes religiosas, que terminam se conflitando também. Mas ainda assim ele mantinha lá.

A cidade foi ganhando calçamento de paralelepípedo. Naquelas épocas – que eu não sei exatamente dizer, se



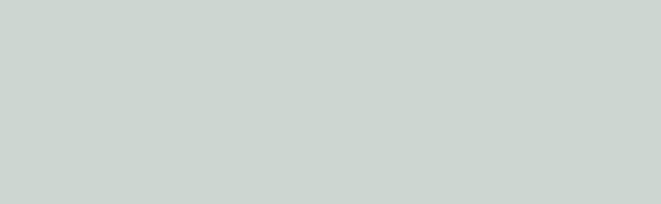
foi na década de 1940 ou 1950, no período de ditadura –, os macumbeiros eram caçados, e o meu avô, inclusive, foi caçado nesse processo. Caçado como bruxo. Por isso ele se mudou para São João de Panelinha, Camacan, que foi a segunda cidade, antes de vir para Carapicuíba. Ele teve que sair da cidade e literalmente fundar o terreiro lá.

Antes dele sair, teve esse avanço, esse calçamento: eles abriam, tiravam os matos e iam colocando aquelas pedras. Meu avô chegou inclusive a trabalhar na pedreira, quebrando pedra, para calçar a rua que ia passar no terreiro dele. E naquela época eles trabalhavam sem remuneração, para comprar na vendinha da fazenda – não tinha dinheiro. O terreiro era meio que uma senzala. O candomblé era, na verdade, chamado de festa, porque não podia ter candomblé. Quando descobriram que realmente era candomblé, começaram a caça ao bruxo, e ele teve que sair da cidade e abandonar o terreiro.

Ele conseguiu levar de lá a maioria dos pertences – que era o que estava em Carapicuíba. O que torna ainda mais absurda essa demolição! Tem coisas que nem eu conhecia, e o terreiro foi demolido sem eu conhecer, porque meu avô plantou e eu não tinha autorização ainda de tirar. Eu só poderia tirar em 2032, se não me engano, que era quando teria o tempo correto para remover e plantar um terceiro axé aqui no Brasil.

**A evolução urbana marcou drasticamente a minha família consanguínea tradicional, porque foi nos expulsando, nos encurralando, até que a gente chega em Carapicuíba – e o processo não mudou.** Quando é instalado o Ilê Asé Odé Ibualamo em Carapicuíba, o cenário ainda era propício para se instalar ali, se implantar o axé. Então, ufa! Para o meu avô, para a minha mãe era um alívio. Finalmente, conseguiram achar um lugar para plantar parcialmente – porque já tinha se perdido muita coisa lá –, e parcialmente se plantou o que havia sido resgatado e que a polícia não tinha pego: as joias da minha família, a herança realmente da minha família. E assim foi.

A comunidade se constituiu a partir do terreiro, na Rua Airão, guardando a herança de uma época sombria da ditadura, em que meu avô lutou muito. Eu não lembro se ele chegou a ser preso. Acho que sim, mas as minhas tias não contam, porque têm vergonha disso. Esse povo mais antigo tem vergonha de falar se alguém da família foi preso porque era bruxo e porque não sei o quê... Essa questão também levou a maioria dos irmãos da minha mãe a se afastarem da tradicionalidade, para ter uma vida mais comum, se enquadrarem na sociedade. A minha mãe, que peitava Deus e o mundo – acho que eu tenho a quem puxar –, falou: “Não, a gente vai manter”.



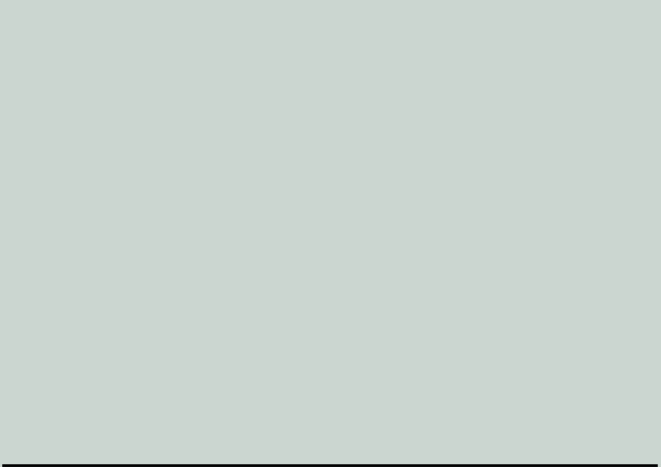
## O candomblé era, na verdade, chamado de festa, porque não podia ter candomblé. Quando descobriram que realmente era candomblé, começaram a caça ao bruxo, e ele teve que sair da cidade e abandonar o terreiro.

Então meu avô consegue manter a tradicionalidade através de duas filhas: minha mãe e minha tia Bua, irmã da minha mãe, que faleceu. Mas meus tios, que eram ogãs, foram para o Rio de Janeiro quando isso ocorreu – onde também tinha perseguição. Eles foram trabalhar em fábrica, e você não podia ter nenhum sinal. Preto com uma conta no pescoço na ditadura ia morrer.

Na década de 1980, a partir de 1989, a evolução também urbana começa em Carapicuíba e vão abrindo mais ruas. As ruas que eram de terra começam a ganhar asfalto; consequentemente os riachos tornam-se córregos e começam com inundações, a destruir também algumas casas. Depois os governos, com a sua metodologia de “melhor qualidade de vida” para as populações periféricas, chega com o asfalto, o assoreamento dos rios, a colocação de aduelas, a canalização, com a construção, a chegada de algumas fábricas na cidade de Carapicuíba. Tem um polo pequeno, mas é um polo industrial, onde você tem alumínio, tem uma série de elementos que são despejados no Cadaval, que era o rio que alimentava a nossa tradicionalidade cotidianamente.

No caso de Carapicuíba, é um pouco diferente de algumas cidades. Na Bahia, literalmente, os terreiros formaram os bairros. Literalmente. Em São Paulo, o processo de migração chega primeiro, porque os terreiros estavam nas senzalas, dentro das fazendas de café, lá no Cinturão Verde... Depois que as cidades foram se formando, o terreiro era na área rural. Ele passa a ser da área urbana porque a área urbana invadiu a área rural, e o terreiro está lá.

É uma leitura que alguns estudiosos discordam de mim, mas contra fatos não há argumentos. Se você conseguir achar uma foto antiga de qualquer cidade brasileira que tenha um terreiro – qualquer bairro –, você vai ver que o terreiro está lá primeiro do que a fábrica, do que a igreja, do que a prefeitura! Então a cidade engoliu o terreiro. Por isso que eu não costumo dizer que o terreiro constituiu



## Essas mudanças, na verdade, nos perseguem desde o período pós-colonial, só mudou o estado. São várias feridas que o progresso e o desenvolvimento causaram.

a cidade: porque vai completamente contra o que eu acredito e o que eu defendo. O terreiro não construiu a cidade – até porque não era nossa vontade construir a cidade. A nossa cidade, para nós, é a nossa comunidade.

**A cidade usurpou o espaço territorial dos ilês, dos abassás, das roças, e transformou o que era o terreiro do terreiro em cidade. Talvez eu diria que o terreiro do terreiro é a cidade agora.** Até onde conseguimos imagens aéreas da região onde estava o Ilê Asé Odé Ibualamo, a gente vê que a cidade está mais afastada no começo. Ao longo dos anos, a vegetação vai sumindo e vão aparecendo as casas, mas o terreiro estava lá! Eu costumo dizer que não dá para dizer que realmente há um quilombo urbano. A urbanização “se aquilombou”, entrou para dentro da área dos quilombos. É isso.

Essas mudanças, na verdade, nos perseguem desde o período pós-colonial, só mudou o estado. São várias feridas que o progresso e o desenvolvimento causaram. E tenho certeza absoluta que não foi só na minha família tradicional, mas em toda a minha grande família tradicional que foi trasladada para o Brasil dessa forma horrorosa, que sofreu e sofre até hoje essa problemática. **A demolição do Ilê também foi provocada pelo avanço da urbanização e pela metodologia que, no Brasil, é usada para demonstrar ou promover uma falsa qualidade de vida para a periferia urbana.**

E a gente vem lutando. Eu já nasci ouvindo essa luta, sabendo que meu avô tinha fugido da caça aos bruxos. Cresço em meio a essa opressão, que hoje não é mais da caça aos bruxos, mas, se continua caçando a população preta e as suas identidades. Foi exatamente o que eles caçaram. O retrato da demolição do Ilê Asé Odé Ibualamo é um exemplo objetivo dessa caça que nunca terminou, que nunca acabou.



Outra transformação importante é o modo de vida dentro do terreiro, que sofreu alterações muito significativas. Eu fui criada de uma maneira dentro do terreiro. Meus filhos já foram criados de outra. E consequentemente meus netos e os demais que estão por vir serão talvez, se conseguirem, criados dentro minimamente da metodologia tradicional, mas não será, nem de longe, o que eu consegui absorver.

Fui criada aprendendo a colher ervas no quintal – porque tinha muita erva no quintal –, aprendendo a colher feijão, quiabo, criava galinha, bode, tinha um cavalinho, um jeguinho, tinha o rio onde a gente lavava roupa, tinha a bica onde a gente pegava a água para beber – e a gente tinha todo o cuidado, com a sujeira daquela água. Se vinha uma folha seca, a gente tirava a folha e colocava na árvore porque era adubo. Não me recordo nunca de ter colocado uma gota de comida dentro de uma lata de lixo. Na minha época, se sobrava comida, você dava para os peixes – o que era de peixe comer – ou então você dava para o cabrito comer, para as galinhas, para os papagaios. Os ossos dos frangos jamais iam para o lixo: iam sempre para os pés das árvores.

Era sempre muita fartura: meu avô tinha muito mamão macho, pé de abiu, jaca, acerola, cacau, café. Eu nunca comprei café numa venda! A gente tomava café no fundo de casa! E tinha o dia certo, a lua certa. O milho que plantava, o feijão para “debruíá” na hora certa... São ações e interações com a natureza diretamente. Com a chegada da obra, a gente teve que reconfigurar o barracão, perdemos o espaço territorial, a plantação, o lugar de criar bicho. O pé de manga, o pé de jaca, eles arrancaram tudo. A gente ficou sem fruta, sem legumes, sem erva, sem condimento, sem nada. A Sueli [Yabassê do Ilê Asé Odé Ibualamo] fez uns potinhos, umas hortinhas, mas a gente não tem muita habilidade com essas tecnologias novas. Então a gente sofreu um pouquinho para manter essa horta viva. A cozinha tinha uma janela gigante, que a gente teve que reduzir, então a ventilação era menor e as plantas não resistiam muito tempo. Ficavam bonitas por duas semanas e, na terceira, já morriam e tinha que replantar de novo.

No terreiro de hoje, entra tudo ou quase tudo industrializado, porque nós perdemos a área territorial do terreiro para a cidade. A cidade engoliu os terreiros, então não tem mais lugar de plantio. Isso afetou diretamente a identidade alimentar dos povos. Nós estamos lutando muito para colocar o cabrito de volta na alimentação, pelo menos na escola. Está sendo um “quiprocó”. E é a carne mais saudável no mundo, que é a carne de caprino, quando criado sem a adição de venenos. Então hoje a gente não tem essa relação mais. Eu não posso proporcionar isso aos meus filhos nem aos meus netos.





encheria mais, que as enchentes iam se tornar corriqueiras, tudo isso! **Nós também entendemos e estudamos as águas. A gente escuta a água, sabe quando a água fala.** E a gente sabe quando a água fala que vai vir uma tromba d’água maior. A gente sabe quando a água está sufocada e quer mais espaço. O nosso conhecimento tradicional, a tecnologia tradicional compreende com exatidão as condições climáticas severas pelas quais a gente está passando.

E não foi diferente no processo de tentativa de defesa da unidade tradicional aqui em Carapicuíba. Todo o tempo a gente discutia sobre isso, com o governo, com os secretários. Nós fomos criando uma rede de legislações e conselhos, para eles entenderem a importância que era o terreiro estar ali. E os outros demais terreiros da cidade estarem ali. Hoje eu vejo que nós perdemos muito tempo querendo fazer eles entenderem com sentimento, mas, quando se trata de urbanização, não há sentimento envolvido – e a gente levou muito tempo para entender isso. Talvez isso pudesse salvar o terreiro, se eu tivesse entendido isso antes e outros parceiros também.

Quando o prefeito olhou o cenário, viu que o terreiro estava no meio de um monte de casas. Se você pegar a imagem antes, de anos atrás, vai ver que o terreiro começou a ficar protegido por um monte de casas ao seu redor, que foi a área que a gente foi perdendo. Ficou lá no meinho, como se fosse a oca do pajé numa aldeia indígena, e todas as outras em volta. Para ele chegar até o terreiro, teve que construir uma narrativa de que as casas da ponta da rua estavam em perigo. Começou as retroescavadeiras dentro do córrego, para desassorear o córrego e consequentemente torná-lo mais largo, para entrar mais água, e com isso, se viesse uma enchente, ele iria se esparramar muito mais. E ia enfraquecendo ali a base das outras casas.

Ele colocou uma série de pessoas para dizer para os moradores que eles tinham que sair dali, que aquilo estava em risco. Mostrava lá: fator de risco quatro. E diziam que as pessoas tinham que sair porque aquelas casas estavam em perigo. Então o prefeito foi usando uma narrativa pautada na psicologia, para amedrontar, para oprimir. Dizia: “Olha, é melhor você sair. Veja na casa de alguém que você quer ficar, que pode ficar, e depois a gente vê o que faz”. E foi com essa narrativa que ele começou a adentrar na área.

Foram demolindo algumas casas, até conseguir chegar no terreiro. Quando chega próximo do terreiro, tinha que inventar alguma coisa, porque nós, quando mudamos a configuração do terreiro, não fizemos de qualquer jeito. A gente chamou um engenheiro para entender a situação. Então o baldrame foi todo muito bem feito. Era a casa mais alta da vila, tratando-se de casa térrea. Tinha toda uma proteção de ferro, de adobe, toda uma arquitetura diferenciada, que não podia cair com a água do rio, a menos que enchesse dez metros de altura, cinco metros de altura... O que eles fazem? Começam a avançar, a es-



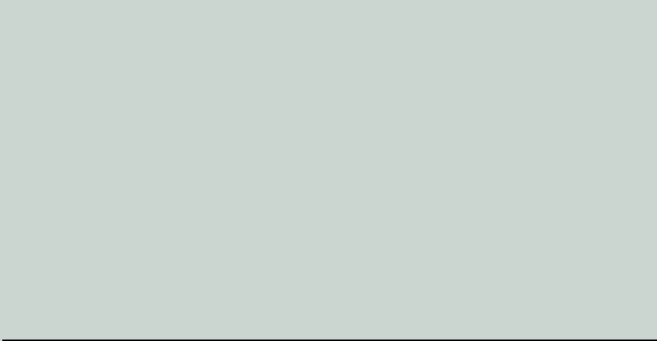
## O nosso conhecimento tradicional, a tecnologia tradicional compreende com exatidão as condições climáticas severas pelas quais a gente está passando.

cavar as bases: escavaram as sapatas, os quatro cantos do terreiro. Desviaram o curso da água do rio para passar do lado e quase embaixo da sapata. Deixaram a sapata suspensa. Até que a casa começa a rachar inteira.

Eles pegaram um profissional da Defesa Civil, com as fotos externas, porque ninguém tem uma foto interna do terreiro – eles não entraram no terreiro –, construíram um laudo e disseram: “Tem que ser derrubada aquela casa”. Criaram todo um cenário primeiro para depois ir ao Judiciário: “Se o juiz disser que não pode demolir, o problema vai ser do juiz, mas eu sei que vai cair”. Quando, na verdade, quem garantia que ia cair? Eles não sabiam que eu já tinha chamado o Rodolfo Moura³ para fazer o laudo – e que deu tempo, Inshalá! Um dia antes da demolição, Rodolfo conseguiu concluir o laudo – um dia antes da demolição!

Depois de fazerem essas fotos – eu não estava sabendo –, chega uma agente lá e diz: “A senhora tem que sair de dentro de casa porque a gente vai demolir o seu terreiro”. Ela chegou com as máquinas – como assim? E me mostrou fotos que eles tinham feito: a cozinha toda torta já, a parede rachada do lado de fora, um cenário de desalento, que qualquer pessoa que olhassealaria que tem que demolir. Só que eles também não sabiam que eu tinha feito alguns vídeos da máquina escavando o terreiro, que a gente fez pela parte de dentro e por cima também, escondido na laje. Nitidamente dá para ver a ação criminosa deles.

O que levou também eles a fazerem isso – eu acho – é porque a comunidade começou a dizer: “Se o terreiro não sair, a gente não vai sair, vamos todos ficar”. Isso foi se proliferando, foi aumentando para a comunidade e, em cada porta que eles batiam, diziam: “Se o terreiro não sair, a gente também não vai, a gente fica com o terreiro”. O prefeito entendeu que tinha que tirar o terreiro, ou não iria concluir a obra dele. Foi assim que ocasionou tudo isso. A juíza determinou a demolição imediata – e a Prefeitura não disse que era um terreiro, quando fez a solicitação. Só que a Defensoria Pública, depois, para fazer a defesa, disse: “É um terreiro, tem pessoas dentro, tem crianças, tem idosos, tem material, tem patrimônio, não pode demolir”.



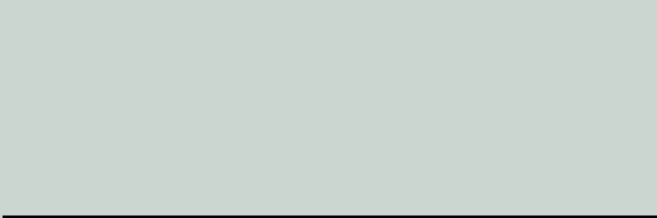
A juíza fez vista grossa e mandou demolir. A gente ficou cinco horas acreditando piamente que uma juíza, após saber que se tratava de um território tradicional sagrado e reconhecido pelo governo, ia recuar e não ia demolir. Mentira! A doida mandou demolir o negócio! As máquinas estavam lá, e começou o processo. Eles começaram já a ficar em cima da gente e dando prensa... Eram duas horas da tarde quando chegou a resposta. Às três, três e meia da tarde, eles queriam que a gente já tivesse retirado tudo. Como você tira? E o engenheiro dizia para a gente: “Não pode entrar na cozinha”. A vida do terreiro está na cozinha praticamente! Tinha a cozinha, tinha os quartos sagrados lá para o fundo, que a gente não conseguia acessar porque ele falou: “Vocês não vão acessar porque, se vocês forem para lá e isso cair e morrerem, eu perco minha carteira. Depois da demolição, a gente vê o que sobrou e tenta ajudar vocês a retirar”. E eu dizia para ele: “Tem coisas embaixo da terra, eu preciso retirar”. Ele: “Você é louca, Mãe Zana, não pode! Aqui está tão perigoso, que não pode bater um martelo, se não vai cair tudo em cima da gente”.

Só que é engraçado: na hora que começou a demolir, que eles começam a tirar janela, porta, para facilitar a demolição, eles começaram a tirar um bocado de coisa. Eu falei para ele: “Sabe essa madeira que está em cima da tua cabeça aqui? Essa madeira veio da Bahia”, que era um jacarandá. Ele falou: “Eu sinto muito, não posso fazer nada. Entre a sua vida e a sua casa, eu prefiro a sua vida”. Ele falava o tempo todo isso para mim.

E uma pressão da juíza: “Vamos porque estamos no horário”, ela disse isso, “não podemos mais esperar, não dá, não dá, não dá”. A rua, cheia de polícia, e foi juntando um monte de gente. A Mãe Iraíldes: “Chama o povo pra fazer uma manifestação!”. E eu: “Não vou chamar ninguém, Madrinha”. E Madrinha: “Não tô acreditando que tô ouvindo isso de você”. Mas eu não sei o que me deu. Naquele momento, alguma coisa disse para mim: “Para, respira, senta e deixa eles fazerem o teatro”. E é exatamente isso que eu fiz. A vizinha me deu uma cadeira, eu sentei naquela segunda casa da viela, e de lá estava vendo a retroescavadeira demolir, em uns cinco, dez minutos, a vida inteirainha – minha, da minha mãe, do meu avô, dos meus filhos...

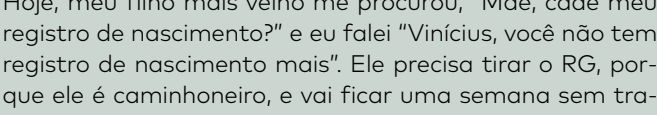
**Resumindo, não havia mais o que fazer: a polícia invadiu o terreiro e colocou a gente para fora.**

Os agentes da Prefeitura começaram a invadir o terreiro: “Vamos, vamos, tira, tira, tira”. O que estava no meio do terreiro, foram pegando e levando para fora de qualquer jeito. Quando deu cinco horas da tarde, a agente do juiz falou: “Eles têm que sair”. Chamaram a polícia, a rua encheu de polícia. O Danilo se desesperou, queria brigar



com a polícia, o Derick também... Enquanto a Defensoria estava comigo, e a gente estava aguardando a resposta do juiz, todos nós acreditávamos que não iria demolir, então eu não chamei ninguém! Nem os filhos, que estavam no trabalho. Falei: “Gente, continua trabalhando, que vai dar tudo certo”. Ninguém, em sã consciência, sabendo que era um terreiro, que tinha pessoas lá dentro, que tinha muita coisa para ser tirada – não ia mandar demolir com tudo dentro. Mas nem no meu pior pesadelo, eu jamais imaginava que um ser humano tivesse a capacidade, principalmente tratando-se de um profissional, de fazer uma coisa daquelas. O defensor que estava lá, Danilo, e a doutora Vanessa, falando no telefone, e a juíza: “Não, não, tem que demolir agora”.

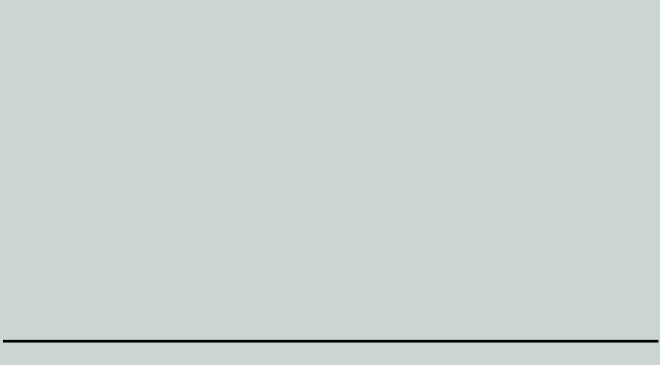
Desse jeito. E o policial, que me conhecia, falou: “Dona Zana, por favor, não fica com ódio de mim, eu estou sendo ordenado a fazer isso. Pelo amor de Deus, me perdoa”. O policial com o olho cheio de lágrima falando para mim, porque ele é de terreiro, eu conheço a Mãe de Santo dele. E ele teve que tirar uma Mãe de Santo de dentro do terreiro. Ele: “Pelo amor de Deus, me perdoa, mas eu sou obrigado a fazer isso, ordem é ordem”. Falei: “Não, tudo bem”. E o Danilo: “Por que vocês estão invadindo minha casa, eu não sou bandido! Eu não sou bandido. Vocês estão invadindo a minha casa por quê? Deixa eu pegar o meu documento”.



#### 6. A impossibilidade da reparação

Hoje, meu filho mais velho me procurou, “Mãe, cadê meu registro de nascimento?” e eu falei “Vinícius, você não tem registro de nascimento mais”. Ele precisa tirar o RG, porque ele é caminhoneiro, e vai ficar uma semana sem trabalhar porque precisa tirar outro registro para tirar o novo RG. Estava lá, e agora a gente não tem nada disso. Me pediram a carteira de vacinação, eu não tinha. Falei: “Olha, não tenho. Se o SUS não tem, eu não tenho. Eu guardei mas deram fim”. Batizado de amigos, as fotinhos de escola deles, do prezinho, das formaturinhas, os livrinhos, as provinhas – eu guardava tudo, tinha um arquivo grandão assim. Não tem nada. Tudo isso foi demolido. Tudo.

A roupa do time de futebol do Danilo estava lá. Ele saiu do time, desmanchou o time, não quis mais saber do time. E todas as vielas tinham o nome do time dele: uc2T. Os meninos lá: “Danilo, a gente não vai fazer mais o time?”. “Ah, não”, ele ficou desgostoso. E não quer saber de Carapicuíba. Ele vem aqui na Cohab, por causa do compadre dele... Ele fala para mim: “Mãe, deixa tudo isso pra lá, a senhora vai morrer, vão te matar, eu vou ficar sem mãe! Eu já tô sem casa! Eu perdi a identidade”. Se você perguntar para ele, “Danilo, o que você é hoje?”, ele fala assim: “Não sei. Porque roubaram a minha identidade, eu não sei quem eu sou”.



O Vinícius nem tanto, o David também não, porque eles não estavam lá na hora da demolição. Estavam trabalhando. Mas ele... O Derick ainda superou um pouco, porque estava lá comigo... Mas mesmo assim, Derick é muito revoltado, porque ele queria entrar na cozinha para pegar um tênis. Ele queria entrar para pegar o meu computador e o policial falou para ele: "Não, não, não, tem que sair, tem que sair, tem que sair".

As coisas dos meus filhos, de escola: como eu recupeiro isso? Os caderninhos deles, os bilhetes da professora, que eu guardei a vida inteira, para mostrar para os netos, sentar num momento divertido – já eles com os filhos deles e a gente mostrando. Não tem foto de aniversário deles, não tem nada, não tem nada! A saída de hospital, que toda mãe guarda, eu não tenho mais, não tem nada disso! Meus filhos não têm nem identidade de fato, que é o registro de nascimento deles, também não têm. Tem que tirar agora. É um documento que a gente não dá tanta importância, mas numa hora precisa e tem que tirar. Tem tantas outras coisas...

Eu nunca mais – nunca mais – vou conseguir reconstruir os laços que a gente tinha com a comunidade. Até porque cada um foi para um lugar. Tem gente que eu nem sei onde está. Esses laços foram quebrados, não serão refeitos mais da forma que eram. Isso é um processo que não há reparação. Outro processo que não há reparação é que os meus filhos nasceram ali – nasceram, literalmente. Foram gerados, nascidos e criados ali e – é o que o Danilo falou – a identidade foi perdida. E ele entende que a identidade dele está perdida ali em algum lugar. E ele fala para mim: "Mãe, eu não vou ali". E ele nunca mais veio. Nunca mais. Nunca mais. Ele tem amigos ali, de infância, que ainda estão por lá. Ele não vai. Porque criou um trauma tão grande para ele – e isso não tem reparação.

Afetou a saúde mental dos meus filhos biológicos, dos meus Filhos de Santo, da minha família inteira. O meu pai morreu, no ano passado, com essa dor. Ele dizia para mim: "Nunca vão te reparar". Quando eu falava, "Ah, painho, tá na Justiça, a gente tá correndo, a Escola da Cidade tá fazendo isso, a gente aquilo", ele dizia, "Filha, ninguém, ninguém pode fazer mais nada. Reconstrua uma nova vida. Agora é uma nova etapa", ele dizia para mim, "porque a nossa tradicionalidade encerrou no Cadaval. **Agora você tem que ter uma nova etapa, é nascer de novo, é plantar um novo axé e seguir uma nova vida.** Porque a vida se encerrou ali e tudo que estava dentro daquele processo de vida que você tinha".

Hoje eu entendo. Eu entendo que ele está certo! Porque tudo que foi perdido ali não é recuperável. Não é! Por exemplo, se eu quisesse fazer o assentamento do Oxóssi



da minha Mãe, não tinha como fazer. Porque, com o que foi usado lá [no terreiro demolido], nem existe mais aqui.

Para mim, tem sido tão difícil ouvir de alguns dos Filhos, "Mãe, não tô me sentindo bem espiritualmente" e não poder fazer nada! Todos aqueles amuletos, aquelas coisas que você fez, com tanto carinho, que acompanham um Filho a vida inteira... A Sueli tem quase trinta anos dentro do terreiro. Tudo que era dela foi perdido! Você sabe o que é a pessoa perder, inteirinho, tudo que ela construiu durante esses trinta anos na relação com o terreiro? Quando eu vou conseguir reconstruir isso? Nunca mais! Nunca mais. Graças a Deus, ela está viva. **O que nos sobrou foi o corpo-território, porque a gente só tem o que está guardado conosco. A gente está no processo do transatlântico negreiro, de quando as pessoas vieram nuas e trouxeram apenas as suas memórias.** O Ilê Asé Odé Ibulamo e seu povo estão na condição dos escravizados no navio negreiro. E a gente ainda está navegando no mar, dentro do navio negreiro. Nós estamos nessa condição hoje.

Por incrível que pareça o navio não está materializado aqui, mas está numa memória que é da minha ancestralidade. Eu tenho o mesmo sentimento de uma negra dentro de um navio negreiro, que tem que lutar horrores para chegar viva em terra firme. É o que eu estou fazendo. E espero nos orixás que eu consiga chegar, porque chegando vou garantir que outros tanto comigo cheguem. Se eu não chegar, não vou garantir ninguém, nem a mim mesma.

É impossível, não dá para falar sobre reparação. Para mim, em qualquer coisa que eu for escrever, a página de reparação seria: o título, "Qual é a reparação para o dano causado?", e a folha branca, com um navio negreiro pintado. Nós ainda estamos nesse processo. Quem sabe um dia eu consiga sair desse processo – espero que logo – e pintar uma outra folha, já em terra firme, reconstruindo ou constituindo uma nova perspectiva de vida, para mim, para nosso povo e para a futura geração da nossa família. Nesse momento, nem consigo pensar em futuro. O futuro é Bryan [herdeiro do terreiro], porque está aqui. De Bryan para frente, é incerto, a gente não sabe.

<b>AUTORA</b>
Mãe Zana de Odé (Odecidarewa). Odecidarewa é a quinta geração de sua família consanguínea tradicional, Yalorisá do Ilê Asé Odé Ibulamo (em Carapicuíba, São Paulo), líder comunitária e ativista que trabalha incansavelmente para promover a igualdade e a justiça social para as comunidades tradicionais de matriz africana. Coordenadora estadual de articulação política do Fórum Nacional de Segurança Alimentar Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (Fonsanpotma), onde trabalha para garantir a interlocução entre as comunidades e os espaços de poder público e outros, tanto de forma a garantir a segurança alimentar e nutricional, bem como para que os direitos individuais e coletivos dos povos tradicionais sejam respeitados, aplicados e constituídos. Idealizadora de projetos de grande impacto, como o 1º Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável para Povos Tradicionais de Matriz Africana do Brasil, a Feira Afroempreendedor de Carapicuíba e a Frente Ilê Odé, que luta pela reparação histórica e pelo direito à terra para povos e comunidades tradicionais. Nasceu em Cubatão (São Paulo) e ainda pequena foi para a Bahia, onde passou toda sua infância e início de sua adolescência. Descendente de congoleses e nigerianos

transladados para o Brasil no período escravagista, possui uma conexão profunda com a cultura e a história africana e sua identidade de luta pela liberdade de seu povo e garantia de direitos. Com formação diversificada em instituições como Senai, Senac e Uninove, Zana acumulou conhecimentos e habilidades em áreas como gestão da qualidade, design gráfico, gestão estratégica de empresas, gestão de projetos sociais e culturais, editoração eletrônica e gestão e tecnologias de políticas públicas. Já passou por diversos cargos como: direção parlamentar, gestão de projetos culturais e de pesquisas, diretora de projetos em ecosol e escrita legislativa.

**NOTAS**

- Para saber mais sobre a história do Ilê, o processo de destruição física do terreiro e as lutas políticas engendradas por sua comunidade e entidades parceiras, acesse https://ileodecau.wixsite.com/frenteileode
- João Pedro Mancini, arquiteto formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, em 2024, com TCC em que propõe projeto de centro de referência cultural para povos de matriz africana em Carapicuíba.
- Rodolfo Baesso Moura é o Diretor do Departamento de Mitigação e Prevenção de Risco da Secretaria Nacional de Periferias (SNP),